

Escolhas de Lula para tribunais mobilizam ministros

MARIANA MUNIZ
mariana.muniz@globo.com.br
BRASILIA

Ao mesmo tempo que procura um indicado para a vaga que será aberta em maio no Supremo Tribunal Federal (STF), com a aposentadoria do ministro Ricardo Lewandowski, o presidente Lula terá que escolher no primeiro semestre outros dois nomes para ocupar cadeiras de ministros no Superior Tribunal de Justiça (STJ) e ao menos 13 desembargadores para atuar em tribunais regionais. A disputa pelos postos tem movimentado os bastidores do Judiciário e envolve a articulação de integrantes do STF, como Nunes Marques e Gilmar Mendes.

Decano do STF, Gilmar é um dos ministros com maior trânsito no Judiciário e no meio político, o que faz com que suas avaliações sejam cobçadas pelos concorrentes e levadas em consideração neste tipo de escolha. No caso de Nunes Marques, a atuação tem sido mais direta no Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1), local em que atuou por quase dez anos e onde ainda mantém influência. Desembargadores afirmaram, em caráter reservado, que o ministro tem disparado telefonemas para tratar da escolha dos novos integrantes.

Diferentemente do STF, em que Lula tem liberdade total para escolher o preferido, a seleção para esses tribunais passa por alguns filtros, e os candidatos são apresentados previamente ao presidente. No STJ, por exemplo, as duas vagas foram abertas com as aposentadorias dos ministros Felix Fischer, em agosto de 2022, e Jorge Mussi, em janeiro deste ano. No caso de Fischer, a cadeira está reservada à advocacia, e o nome sairá de uma lista ainda a ser elaborada pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). A de Mussi irá para algum integrante da Justiça Estadual.

Magistrados e advogados ouvidos pelo GLOBO afirmam que, até o momento, figuram como favoritos para a lista de indicados da OAB os nomes de Daniela Teixeira, que, além de ter apoio de ministros do Supremo, foi conselheira federal da ordem e é próxima a integrantes do grupo Prerrogativas, que reúne juristas do entorno de Lula; Luiz Cláudio Allemand, que foi do Conselho Nacional de Justiça (CNJ); e Otávio Rodrigues, próximo ao ministro do STF Dias Toffoli e ex-integrante do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

Embora Fischer tenha como origem o Ministério Público, a vaga se destina à advocacia em razão do Quinto

CONCORRÊNCIA PELA TOGA

Lista com 15 nomeações de Lula para tribunais mobiliza ministros do STF



Escolhas. Lula discursa no STF na volta do Judiciário após o recesso; ministros da Corte se envolveram nas articulações pelas vagas

PROCESSO SELETIVO Além do STF, Lula terá que escolher ao menos 21 nomes para compor tribunais no primeiro semestre

STJ > 2 vagas Expectativa na Corte é que Lula ouça os ministros do STF **Gilmar Mendes** e **Dias Toffoli** para fazer a escolha

TRF-1 > 16 vagas Escolhas para o Tribunal têm gerado a movimentação do ministro do STF **Nunes Marques** e do desembargador **Ney Bello**

TRF-2 > 1 reservado a nome da OAB

TRF-3 > 1 reservado a nome da OAB

TST > 1 reservado a nome da OAB

NOMES COTADOS

- Daniela Teixeira** EX-CONSELHEIRA FEDERAL DA OAB. Tem apoio do grupo Prerrogativas, formado por juristas próximos a Lula.
- Luiz Cláudio Allemand** EX-INTEGRANTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ).
- Otávio Rodrigues** EX-INTEGRANTE DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO (CNMP). É um nome visto como próximo a Dias Toffoli, ministro do STF.
- Carlos von Adamk** DESEMBARGADOR DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO. Também próximo a Toffoli.

Escolhas para o Tribunal têm gerado a movimentação do ministro do STF **Nunes Marques** e do desembargador **Ney Bello**

- 2 indicações da OAB
- 1 indicação do Ministério Público
- 7 por merecimento
- 6 por antiguidade

Constitucional, segundo o qual 20% dos tribunais são oriundos da advocacia e do Ministério Público. Pelo rito, é a vez de a OAB escolher. A entidade foi notificada pelo STJ para formar uma lista

com seis nomes há seis meses, mas até agora não definiu quem serão os candidatos a ministro, o que tem elevado a temperatura da disputa pela vaga. A partir desse rol, os integrantes do tribunal selecio-

nam, em votação secreta, três de terão seus nomes levados a Lula, a quem cabe a indicação. A seguir, o escolhido passa por uma sabatina no Senado e precisa ter seu nome referendado pelos parlamenta-

res. Só depois é que ocorre a nomeação definitiva. Nos bastidores, ministros do STJ avaliam que a demora da OAB em iniciar o processo da formação da lista é prejudicial para a Corte, que fica mais

tempo desfalçada. A entidade disse que abrirá na quarta-feira os editais para preenchimento das vagas.

Já a vaga de Mussi será ocupada com base em uma lista tripartite elaborada pelo próprio STJ a partir de nomes enviados pelos tribunais de Justiça estaduais. Um dos mais cotados para o posto é o desembargador de São Paulo Carlos von Adamk, também próximo a Dias Toffoli e ex-integrante do CNJ.

Na última leva de vagas abertas no STJ, dois ministros foram escolhidos pelo ex-presidente Jair Bolsonaro após mais de um ano de espera. Foram nomeados Paulo Sérgio Domingues e Messod Azulay, que contaram com campanhas engajadas de ministros do STF. Para este ano, também há expectativa de que Lula ouça integrantes da Corte como Gilmar Mendes e Dias Toffoli antes de escolher um nome.

MINISTRO X DESEMBARGADOR

No caso dos tribunais regionais, o da 1ª Região é o que tem mais vagas para Lula preencher, com dez. Sete delas devem obedecer o chamado critério de "merecimento", em que o tribunal elabora uma lista, e a escolha final cabe ao presidente. As demais envolvem o Quinto Constitucional, a serem indicadas pela OAB ou o Ministério Público. Essas vagas têm gerado disputas entre o desembargador federal Ney Bello, do próprio TRF-1, que foi preterido pelo ex-presidente Jair Bolsonaro para o STJ, e Nunes Marques, ainda influente no tribunal. O acervo do TRF-1 é considerado um dos maiores do Judiciário pela grande abrangência do tribunal, que abarca 12 estados e o Distrito Federal.

O tribunal atrai interesse de políticos por tratar de assuntos que envolvem diretamente decisões tomadas pela administração pública — de questões previdenciárias a madeira ilegal. Foi o TRF-1, por exemplo, que decidiu suspender a investigação que a Polícia Federal abriu contra Bruno Calandini, o delegado que pediu a prisão do ex-ministro da Educação Milton Ribeiro e de outros suspeitos envolvidos em um suposto esquema de corrupção no MEC.

Lula ainda terá que nomear mais um desembargador no Tribunal Regional Federal da 2ª Região, com sede no Rio, e outro no da 3ª Região, em São Paulo. Nestes casos, o presidente também precisa aguardar a lista enviada pelos respectivos tribunais. Ainda há uma vaga no Tribunal Superior do Trabalho (TST), a ser preenchida por um indicado dos advogados.

Veículo: Impresso -> Jornal -> JORNAL O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Política Caderno: A Pagina: 6